

Collor lança novo programa de Educação

O presidente Fernando Collor lançou ontem, no Palácio do Planalto, um ambicioso e gigantesco plano educacional, com o objetivo de modificar, nos próximos cinco anos, o quadro de crise na educação pública, da pré-escola à universidade. O plano — batizado com o nome de Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação — vai receber até 1995, segundo previsão do Ministério da Educação, investimentos de Cr\$ 5,59 trilhões. A meta é praticamente dobrar, até o fim do governo, os gastos com educação, passando dos atuais 3,54% para 6% do Produto Interno Bruto (PIB).

Estruturado a partir de 12 objetivos considerados prioritários, entre eles a expansão da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade de educação, revisão de currículos e a redução do analfabetismo, o Programa Setorial de Educação começará a ser colocado em prática pelo governo já a partir do ano que vem. Entre outras ações, o Ministério da Educação vai aumentar o ano letivo de 180 para 200 dias. Até 1993, deverá ser aumentado também de quatro para seis horas o turno diário das escolas públicas, fazendo desaparecer assim o chamado “turno da fome”, das 11h00 às 14h00, criado apenas para distribuir merenda escolar e no qual estão matriculadas hoje entre 4,5 e 6 milhões de crianças.

Ecologia

Outras prioridades são: dar ênfase à educação especial, à expansão

e melhoria do ensino técnico, à criação de escolas ecológicas de ensino fundamental e médio em Porto Seguro (BA), no Pantanal e na região da Floresta Amazônica, para o treinamento e atualização de professores, à autonomia da universidade, ao apoio a atividades de Assistência ao Estudante Universitário, ao Programa de Estudos e Pesquisas de avaliação da situação educacional brasileira e à política nacional de alocação de recursos para o ensino fundamental. Para que todos esses objetivos sejam alcançados, o Plano Educacional foi subdividido em 29 programas setoriais.

Esses programas, segundo anunciou o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, vão receber já em 1991 investimentos de US\$ 1,2 bilhão (cerca de Cr\$ 200,1 bilhões, no câmbio comercial). No total, o Governo Federal vai destinar a programas educacionais no ano que vem cerca de US\$ 6 bilhões (cerca de Cr\$ 1 trilhão, no câmbio comercial), elevando os gastos com educação para 4,1% do PIB, número ainda bastante inferior aos de outros países da América Latina, como a Venezuela (que gasta 6,3% do seu PIB com educação) e o Uruguai (5,4%).

Verbas

Os recursos que já estão garantidos para 1991 virão do Orçamento da União e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que arrecada o salário-educação. A novidade para 1991,

conforme anunciou o ministro da Educação, é que os recursos do FNDE somente serão repassados aos municípios, caso eles, além de terem prestação de contas aprovadas e aplicarem no mínimo 25% das suas receitas em educação, atendam a três requisitos básicos: garantia de piso salarial mínimo e carreira do magistério para os professores da rede pública; alocação de recursos para programas de educação pré-escolar; e desenvolvimento de programas na área de educação especial.

O ministro Carlos Chiarelli disse na solenidade de lançamento que o Plano Setorial de Educação equivale ao início de “uma revolução pacífica pelo saber”.

“É a hora e a vez, não de Augusto Matraga, como queria Guimarães Rosa, mas de acabar com o faz de conta acomodado e cínico. Faz de conta que se paga, faz de conta que se ensina, faz de conta que se aprende, e muitas vezes faz de conta que acreditamos”, disse o ministro.

Após a solenidade o presidente Collor abriu a quinta reunião setorial que realizou esta semana para discutir a questão educacional. Participaram da reunião, além de Chiarelli, os ministros da Justiça, Jarbas Passarinho; da Infra-Estrutura, Ozires Silva; do Trabalho, Antônio Rogério Magri; reitores de universidades federais e o proprietário do Colégio Objetivo, João Carlos Di Gênio.